COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2010

(Do Sr. DR. ROSINHA)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o PL 6.654/09.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 255 a 258 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e segundo a deliberação do Plenário da Comissão, a realização de reunião de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 6.654/09, do qual sou relator.

Para a referida reunião proponho que seja convidado um representante dos seguintes órgãos e entidades:

ANVISA;

INTERFARMA (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa);

ALANAC (Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais);

PRÓ-GENÉRICOS (Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos).

JUSTIFICAÇÃO

Tramita nesta Casa o PL nº 6654/09, de autoria do nobre deputado Darcísio Perondi, que acrescenta inciso “ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo. Ou seja, amplia as exigências para o registro de medicamentos e correlatos. Segundo o projeto, o requerente do registro é obrigado a comprovar que é o titular da patente do princípio ativo ou que está autorizado a utilizá-lo.

A Comissão de Seguridade Social e Família deve se pronunciar quanto ao mérito e, dada a importância do tema envolvendo patentes de medicamentos, já realizou debates em 2008 e 2009, com ampla participação dos setores governamentais, empresariais e da sociedade civil.

A fim de subsidiar um relatório que expresse a complexidade da proposta e propiciar ao coletivo desta Comissão um debate profícuo, solicito aos nobres pares a aprovação do presente requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, 16 de junho de 2010.

Deputado **DR. ROSINHA**